

**FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO**  
**ESCOLA DE GOVERNO PROFESSOR PAULO NEVES DE CARVALHO**

Sarah da Conceição Ferreira

**Análise da política de habitação e urbanização a partir da percepção da  
população da Vila Barraginha, em Contagem**

Belo Horizonte

2022

Sarah da Conceição Ferreira

**Análise da política de habitação e urbanização a partir da percepção da população da Vila Barraginha, em Contagem**

Monografia apresentada ao curso de Especialização em Administração Pública, Planejamento e Gestão Governamental – CEAPPGG/2021 da Fundação João Pinheiro, como requisito parcial para a obtenção do título de especialista.

Orientadora: Carolina Portugal Gonçalves da Motta

Belo Horizonte

2022

F383a Ferreira, Sarah da Conceição.  
Análise da política de habitação e urbanização a partir da percepção da população da Vila Barraginha, em Contagem [manuscrito] / Sarah da Conceição Ferreira. – 2022.  
[5], 52 f. : il.

Monografia de conclusão de Curso (Especialização em Administração Pública, Planejamento e Gestão Governamental) – Fundação João Pinheiro, Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, 2022.

Orientadora: Carolina Portugal Gonçalves Portugal

Bibliografia: f. 54-55

1. Vila Barraginha – Urbanização – Contagem (MG). 2. Vila Barraginha – Habitação – Contagem (MG). I. Portugal, Carolina Portugal Gonçalves. II. Título.

CDU 711.4(815.12 Contagem)

## RESUMO

A Vila Barraginha é uma comunidade localizada no município de Contagem que fica na Região Metropolitana de Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais. Esse estudo visa responder como é a satisfação dos moradores da Vila Barraginha com as obras de urbanização e habitação que ocorreram na vila após a tragédia de 1992, sua qualidade de vida e perspectivas. A partir da literatura disponível, da utilização de pesquisa bibliográfica, legislações, noticiários e órgãos de Poder Público Municipal sobre o assunto foi possível obter informações acerca da proposta dessa pesquisa. Fizeram parte da população deste estudo 12 pessoas moradoras da Vila Barraginha. Buscou-se entrevistar pessoas que moravam na vila a mais tempo, no intuito de identificar alguém que lá residisse desde 1992, ano que ocorreu a tragédia na Vila. Alguns dos entrevistados (06) foram os reassentados no antigo terreno do Detran e 06 eram moradores de outras habitações na Vila que não foram atingidas pelo desastre e, portanto, não fizeram jus a remoções ou a novas unidades habitacionais. Com resultados obtidos na presente pesquisa foi possível analisar as ações da política de habitação e urbanização (realizadas e as que foram inicialmente previstas) na comunidade da Vila Barraginha, em Contagem, após tragédia ocorrida em 18 de março de 1992 e os atuais problemas que a Vila hoje possui.

**Palavras-Chave: Vila Barraginha. Contagem. PAC. Políticas de urbanização de vilas e favelas.**

## **ABSTRACT**

Vila Barraginha is a community located in the municipality of Contagem, in the Metropolitan Region of Belo Horizonte, in the State of Minas Gerais. This study aims to answer how the residents of Vila Barraginha are satisfied with the urbanization and housing works that took place in the village after the 1992 tragedy, their quality of life and prospects. From the available literature, the use of bibliographic research, legislation, news and municipal government agencies on the subject, it was possible to obtain information about the proposal of this research. Twelve people living in Vila Barraginha were part of the population of this study. We sought to interview people who had lived in the village for a longer time, in order to identify someone who had lived there since 1992, the year the tragedy occurred in the village. Some of the interviewees (06) were resettled in the former Detran land and 06 were residents of other houses in the Vila that were not affected by the disaster and, therefore, were not entitled to removals or new housing units. With the results obtained in the present research, it was possible to analyze the actions of the housing and urbanization policy (both carried out and those that were initially planned) in the community of Vila Barraginha, in Contagem, after the tragedy that occurred on March 18, 1992 and the current problems that the Village today owns.

**KEYWORDS:** Vila Barraginha. Score. PAC. Urbanization policies for towns and slums.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>06</b>
<b>2 REVISÃO DA LITERATURA .....</b>	<b>09</b>
2.1 Vulnerabilidade Socioambiental – Um Breve Conceito .....	09
2.2 2.2. Vida em Vilas e favelas e as necessidades habitacionais .....	11
2.3 Breve Histórico Da Política Nacional De Urbanização De Vilas E Favelas Pós Cf/88 Até Os Dias De Hoje .....	17
<b>3 A VILA BARRAGINHA – BREVE HISTÓRICO E CARACTERÍSTICA DE SEUS MORADORES .....</b>	<b>28</b>
<b>4 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS .....</b>	<b>39</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>51</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>54</b>
<b>APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA - Entrevistados que não foram atingidos pela tragédia, mas moravam na Vila na ocasião .....</b>	<b>56</b>
<b>APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA - Entrevistados que moravam na Vila e foram afetados pela tragédia de 1992. ....</b>	<b>57</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A Vila Barraginha está localizada no centro da Cidade Industrial de Contagem, Região Metropolitana de BH, em pólo industrial. Ela tem uma área correspondente a uma das sub-bacia de drenagem do Ribeirão Arrudas, que segundo estudos geológicos, são encontradas com frequência ao longo do vale do Arrudas. As características do relevo e do solo da região acrescentaram, também, materiais acumulados pelo assoreamento da barragem que afetaram uma área muito restrita da bacia e contribuíram para que a região seja composta por um terreno argiloso e instável.

A Vila Barraginha, uma área inundável localizada em meio a grandes galpões industriais e empresas, começou a ser ocupada, em 1950, pelas primeiras moradias, mesmo sem estrutura para habitação, conforme registros. O crescimento do número de moradores na Vila ao longo do tempo foi somado a preocupação desses moradores com tráfego de caminhões e máquinas pesadas, das empresas instaladas na região, de modo que foi se constituindo um local de se morar de se viver por muitas famílias que contava com insegurança em relação as condições das habitações, geológicas e do trânsito local.

No entanto, como se não bastassem as condições ambientais precárias, em 18 de março de 1992 parte do terreno foi acometido por uma avalanche de lama, que atingiu cerca de 150 barracos, matou 36 pessoas, deixou quase 70 feridos e centenas de desabrigados.

Após a tragédia, das quase 600 vítimas, parte dessas foram levadas para um novo terreno em Contagem, conhecida como área do Detran, pertencente a região da Vila Barraginha, parte foram indenizadas, parte reassentadas em unidades habitacionais na vila denominada Vila Itália, localizada no bairro Fonte Grande, em Contagem. E, não obstante, parte de moradores continuaram na região, mesmo depois da prefeitura de Contagem ter reconhecido o risco potencial com novas chuvas, que, ainda, causavam problemas na região.

Passados 30 anos, no local da tragédia ainda se sentiam as perdas humanas e materiais e se viam uma área de descampo, que aguardava o término da construção de um parque linear, previsto no antigo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), junto com os prédios entregues em 2015. As obras foram concluídas em dezembro de 2019.

A partir disso, tem-se que o objetivo geral do trabalho é analisar as ações da política de habitação e urbanização na comunidade da Vila Barraginha, em Contagem, após tragédia ocorrida em 18 de março de 1992 e os atuais problemas que a Vila hoje possui.

E os objetivos específicos são os seguintes:

- a) verificar na literatura como foi a política de urbanização de vilas e favelas (PAC) e outros temas pertinentes;
- b) examinar o histórico da Vila Barraginha;
- c) verificar situação de obras, como unidades habitacionais entregues na Vila Barraginha e a entrega do Parque Linear.

Considerando, inclusive, os períodos de chuva, as famílias da Vila Barraginha noticiam abandono, insegurança quanto à qualidade dos acabamentos das unidades habitacionais, permanência de edificações não demolidas, alagamentos das áreas que eram leitos de rios, ineficiência de coleta de lixo, existência de animais roedores, falta de comunicação, falta de habitação, bem como, pouco empenho da participação comunitária. Todos esses problemas vêm à tona quando se conversa com os moradores da vila, sobretudo, devido histórico de catástrofes.

O presente estudo tem como objetivo verificar as intervenções feitas pelo Poder Público para a urbanização da Vila Barraginha, em Contagem, visando poder indicar ações que possam auxiliar na minimização das carências sociais, incentivando a sua autopromoção, desenvolvimento sustentável e que contribuirão para promoção humana, transformação social e econômica da região.

Essa pesquisa acrescenta aos múltiplos esforços institucionais municipais, nos últimos anos, contribuindo para o desenvolvimento da

comunidade, otimizando as potencialidades e apoiando as iniciativas sociais, políticas, econômicas e culturais dos moradores da Vila Barraginha.

A partir disso, tem-se que este trabalho visa responder a seguinte questão: como é a satisfação dos moradores da Vila Barraginha com as obras de urbanização e habitação que ocorreram na vila após a tragédia de 1992, sua qualidade de vida e perspectivas?

O tipo de estudo se dará pela utilização de pesquisa bibliográfica com uso de legislações, noticiários e pesquisa documental com uso de documentos de órgãos de Poder Público Municipal. Além disso também foi realizada pesquisa de campo com aplicação de entrevistas a moradores da área da Vila Barraginha. E a análise desses dados serão por meio de raciocínios indutivos. Em que a discussão será baseada na literatura utilizada na fundamentação teórica e na reflexão sobre os achados.

A partir disso, tem-se que este trabalho é composto de 5 capítulos, sendo o primeiro esta Introdução. No Capítulo 2 serão vistos conteúdos relacionados a questão da vulnerabilidade socioambiental, vida em Vilas e favelas e as necessidades habitacionais e, ainda, breve histórico das políticas públicas de urbanização de vilas e favelas.

No capítulo 3 será visto um breve histórico sobre a Vila Barraginha, no capítulo 4 os resultados das entrevistas com moradores da Vila e no 5 as conclusões do trabalho.

## **2. REVISÃO DA LITERATURA**

Nesta seção serão abordados conceitos importantes para o trabalho como a questão da vulnerabilidade socioambiental, vida em vilas e favelas e as necessidades habitacionais e um breve histórico das políticas de urbanização de vilas e favelas no Brasil.

### **2.1. Vulnerabilidade Socioambiental – Um Breve Conceito**

Na busca de um conceito sobre o termo vulnerabilidade foi possível observar que esse termo permite diversos significados, a partir de estudos de diferentes áreas do conhecimento. Destacaremos aqui, a vulnerabilidade socioambiental.

Apesar de muitos estudiosos das ciências sociais e fora dela ter um contínuo esforço para definir teorias acerca de vulnerabilidade e risco, verificamos maior tônica na temática ambiental, por se tratar de disputa no âmbito da política nacional e internacional.

Nessa direção, as pesquisas, nos anos 90, passaram a incluir como perigos ambientais aqueles perigos de natureza tecnológica e sociais, além dos perigos naturais, surgidos a partir da interação das condições entre o funcionamento dos ecossistemas e o meio social, mantendo ou não o equilíbrio ecológico.

Conforme Viana (2015) em seus estudos sobre o termo vulnerabilidade destacou, a vulnerabilidade pode ser tida como o perigo do lugar de modo que se podem incorporar diferentes riscos a este termo. Estes riscos são ambientais, sociais – referentes a grupos sociais e aos próprios indivíduos (VIANA, 2015).

Ainda nessa perspectiva, Viana (2015), destaca a contribuição importante da epidemiologia ao incorporar o conceito de vulnerabilidade na demografia, em face da exposição das pessoas aos fatores de risco e de adoecimento e sua relação com o meio.

Outra questão que contribuirá também com a presente pesquisa refere-se aos estudos sobre vulnerabilidade, vinculada a situação de pobreza e exclusão social.

Nesse sentido, Viana (2015, p. 35) nos seus estudos refere:

Na visão latinoamericana da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), a vulnerabilidade é vista como a suscetibilidade das populações de sofrerem perdas socioeconômicas, como poder de compra, emprego, etc. Nessa perspectiva, a vulnerabilidade é vista de maneira permanente. Tal entendimento mantém, em virtude de seu foco na pobreza e na exclusão social, um sentido de estado e não de correspondência direta a elementos que causam riscos. 'Essa preocupação com a pobreza é que leva os autores a proporem o que chamam de ativos, que são uma estrutura profunda de recursos (capitais humano, social e físico) distribuídos desigualmente numa sociedade' (MARANDOLA JR; HOGAN, 2005, p.42). A vulnerabilidade é vista como uma dificuldade no acesso, disponibilidade ou capacidade de manejo desses ativos (KATZMAN, 1999). (VIANA, 2015, p. 35).

Dentre os estudos mencionados por Viana, que seja pelo viés dos impactos da degradação ambiental, seja pelo viés de resposta do indivíduo ao meio, a vulnerabilidade não ocorre da mesma forma para os diversos indivíduos e nos diferentes grupos sociais, mesmo em um mesmo território, apontando nesse cenário a necessidade de trilhar outros conceitos, como redes sociais e percepção de risco.

A situação de vulnerabilidade e a capacidade de respostas dos indivíduos, sentimento de pertencimento e reconhecimento de um lugar de origem, as formas de sociabilidade e de concepção de ver e estar no mundo, passam a ter significados inerentes às pessoas e grupos sociais, aqui, referenciamos a população de vilas e favelas, como é o caso da população da Vila Barraginha.

As redes sociais, aqui entendidas como grupo de pessoas como o qual um indivíduo mantém relacionamento social, além de ajuda nas trocas e nas relações de confiança, conforme Viana (2015) em seus estudos revelam:

A importância das redes sociais para a construção e consolidação de formas de particulares de ver o mundo. As redes ajudam assim a estabelecer formas próprias de perceber a realidade e condicionam a forma como os riscos são

percebidos. Compreender determinadas vulnerabilidades com riscos eminentes depende da interação social e do grau de inserção numa comunidade que tem um esquema mental definido (MARQUES, 2009).

Ainda, conforme estudiosos da área verifica-se que, num contexto de pobreza e de exclusão social, a percepção de riscos ambientais é reduzida por outros diversos riscos que diferentes grupos populacionais envolvidos convivem, diariamente, como violência, desemprego, por exemplo. Variando de acordo com a percepção desses riscos socioambientais.

Segundo Viana (2015) as formas de concepções de risco da população afetada pelos riscos socioambientais, “[...] podem, inclusive, ir de encontro e inviabilizar determinadas ações pontuais consideradas como respostas ao desastre e representar aparentemente uma resistência irracional e inconsequente por parte dessa população”.

As ações pontuais do Estado como apenas respostas automáticas à efetivação dos riscos ambientais e à situação de vulnerabilidade de certos grupos sociais acaba contribuindo, em alguns casos, a postergação ou agravamento de novos desastres socioambientais, além das descrenças das ações do Poder Público.

## **2.2. Vida em Vilas e favelas e as necessidades habitacionais**

Em relação aos aspectos da moradia, as necessidades habitacionais, para o Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal (1993), citado por Motta (2016), seriam:

[...] tudo o que é necessário para que uma moradia seja considerada habitável e, é importante que se estabeleça os padrões mínimos de habitabilidade a serem considerados na mensuração. (OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS URBANAS E GESTÃO MUNICIPAL, 1993, p. 63).

Ainda, Motta (2016) citando Smith (1970), Turner (1971) e Bourdieu (2006) afirma também que a moradia deve atender várias funções:

tais como abrigo, segurança (física e social), privacidade, ser um investimento – talvez o maior que as famílias façam durante a vida –, deve ter amenidades ambientais – que são as características do entorno que fazem com que se queira viver ali

– e, a localização da moradia ser próxima ao trabalho, a serviços, ao comércio, a meios de transporte e à família (MOTTA, 2016, p.267).

Embora todas as funções da habitação tenham sua importância os entrevistados da Vila Barraginha, dentre essas, destacaram-se a função de amenidades ambientais, que ainda segundo estudos de Smith (1970), citado por Motta:

[...] consistem em características do entorno que afetam o desejo de uma família de viver ali. Sobre isso, tem-se que aspectos como qualidade da escola, a presença de posto de saúde, de comércio, as características da vizinhança (aparência física, existência de associação comunitária etc.) são tidos como amenidades ambientais da habitação. Smith também aponta que as amenidades ambientais são fortemente influenciadas por programas de controle do uso da terra, pois, o uso misturado (comercial e residencial) de certas áreas pode não ser atraente para algumas parcelas da população. (MOTTA, 2016, p. 59).

Dentre os estudiosos da área, citamos Nascimento (2010), que refere o morar:

um processo definido por uma rede articulada e complexa de agentes, de relações e de interações que ultrapassam em muito o âmbito estrito do espaço da edificação, implicando em sua constituição processos socioespaciais mais amplos em nível local, nacional e mesmo mundial (NASCIMENTO, 2010).

Nesse sentido, o morar vai para além das habitações (casa) e unidades habitacionais (apartamento), diz respeito a localização, suas relações com o espaço e a vida mais ampla das cidades.

E, continua:

Morar nas cidades brasileiras implica absorver com maior ou menor comprometimento os padrões de desigualdade e segregação característicos do nosso espaço e de nossa sociedade, cujas características afetam diretamente a situação dos indivíduos, suas possibilidades e perspectivas (NASCIMENTO, 2010).

Nessa direção, as edificações habitacionais, principalmente aquelas de interesse social acabam reduzindo o morar e contribuindo com vários problemas de habitação e de urbanização. Seguem, abaixo, especificações do Programa Minha Casa Minha Vida:

<b>TABELA N.2 – ESPECIFICAÇÕES DOS EMPREENDIMENTOS DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA, ATÉ 3 SM, SEGUNDO A CEF</b>	
<b>CASAS</b> (valor entre R\$ 37.000,00 a R\$ 48.000,00)	<b>APARTAMENTOS</b> (valor entre R\$ 41.000,00 a R\$ 52.000,00)
Casa com sala / 1 dormitório para casal e 1 dormitório para 2 pessoas / cozinha / área de serviço (externa) / circulação / banheiro.	Apartamento com sala / 1 dormitório para casal e 1 dormitório para 2 pessoas / cozinha / área de serviço / banheiro.
<b>DIMENSÕES DOS CÔMODOS</b>	
Mobiliário mínimo dormitório casal: 1 cama (1,40mx1,95m); 1 criado-mudo (0,50mx0,50m); 1 guarda-roupa (1,50mx0,55m) e circulação de 0,50m.	
Mobiliário mínimo dormitório duas pessoas: 2 camas (0,80mx1,95m); 1 criado (0,50mx0,50m); 1 guarda-roupa (1,50mx0,55m) e circulação de 0,80 m entre as camas e restante com 0,50 m.	
Mobiliário mínimo Cozinha: Largura mínima da cozinha: 1,60m. Quantidade mínima: pia, fogão (0,60mx0,60m) e geladeira (0,70mx0,70m). Previsão para armário sob a pia e gabinete.	
Sala de estar/refeições: Largura mínima sala de estar/refeições: 2,40m. Quantidade mínima de móveis: sofás com número de assentos igual ao número de leitos, mesa para 4 pessoas e Estante/Armário TV.	
Área de Serviço: Quantidade mínima: 1 tanque (0,60mx0,55m) e 1 máquina (0,60mx0,65m).	
Fonte: Caixa Econômica Federal, 2009. Programa Minha Casa Minha Vida, Saiba Mais. Disponível em <a href="http://www1.caixa.gov.br/gov/gov_social/municipal/programas_habitacao/pmcmv/saiba_mais.asp">http://www1.caixa.gov.br/gov/gov_social/municipal/programas_habitacao/pmcmv/saiba_mais.asp</a>	

Verifica-se que além do tamanho, tipo de moradia – casa ou apartamento – pré determinados, verifica-se, também, que os espaços internos de morar apresentam aspectos relacionados às atividades ou setores como necessidades universais e genéricas (dormir, cozinhar, descansar, circular), sem, considerar, inclusive, as composições e arranjos familiares. Condições de morar acabam sendo modificando pelos seus moradores, em busca de atender suas necessidades habitacionais.

Segundo Azevedo, citado por Nascimento (2010) observa “que as necessidades habitacionais não só são diferentes para os diversos setores sociais, como variam e se transformam com a própria dinâmica da sociedade [...]”.

Nascimento (2020), portanto, nos seus estudos sobre as concepções dos espaços internos das unidades afirma “que não há nenhuma proposta de avanço em relações a soluções ultrapassadas de programas/políticas habitacionais anteriores”.

Em outro estudo, Martins (2007), possíveis contribuições de morar na favela por moradores de vilas e favelas, em comunidades do Rio de Janeiro/2007 (Vila Pereira da Silva e Vila Nova Esperança), no que se refere a identificação da representação dessas moradias e, a contradição observada dos conjuntos

habitacionais com as aspirações, alterações das edificações pelos moradores, que buscam sempre a concretização dessa representação, segundo autora.

Segundo esse estudo, das análises das representações sociais da “moradia” diz respeito às prioridades com relação ao morar desses moradores, o que tem relação com o que já foi e ainda se quer conquistar. Utilizaram na pesquisa imagens de moradias, das quais os entrevistados escolheram – que são extremamente idealizadas até mesmo para a classe média – e apontaram elementos, tais como preferência ou aceitação de casa; privacidade; contato com a natureza; quintal e espaço.

**Quadro 1 - Características de vilas e favelas selecionadas do Rio de Janeiro**

Vila Pereira da Silva		Vila Nova Esperança	
<b>Escolaridade</b>	51% E. Fund. Inc. e 19% E. Médio Comp.		41,3% E. Fund. Inc.   16% E. Fund. Comp.
<b>Origem</b>	38% veio de outros Estados e 16% Zona Sul		28,2% de outro município   20,1% Gardênia Azul
<b>Nº. Moradores</b>	4.04 moradores/família   29% 4 moradores		3.81 moradores/família   28% 4 moradores
<b>Renda</b>	renda média de 3,8 salários; 48% até 4 salários		2,96 Salários/família   58% menos de 4 salários
<b>Tempo</b>	43% há mais de 20 anos; 30% há menos de 5 anos		50% menos de 5 anos
<b>"moradia"</b>	<b>NC*</b>	CONFORTO	
	<b>SP**</b>	dinheiro construção família lazer luz	limpeza vizinhança saneamento alimentação
		família luz lazer espaço vizinhos	transporte saúde gastos
<b>conforto</b>	ter o mínimo necessário Casa com espaço e arejada infra-estrutura urbana		ter o mínimo necessário Saneamento e infra-estrutura urbana Casa com espaço e arejada
<b>segurança</b>	sem violência ter uma vizinhança tranquila moradia firme; construção boa		sem violência
<b>tranquilidade</b>	sem violência vizinhança tranquila não ter problemas		sem violência sem barulho vizinhança tranquila
<b>concretização da moradia</b>	Quase não existem os "quitinetes" p/ alugar INTERIOR tem certa relevância Preocupação com bem-estar e com Conforto O EXTERIOR tem importância também Muitas fenestraçãoes e casas mais espaçosas		Existência dos "quitinetes" p/ alugar EXTERIOR com alto grau de relevância Espaço interno pequeno contraditório com morar bem Alguma preocupação com bem-estar interno

Quadro 04: comparativo das duas favelas.

Fonte: Martins (2007).

Também, segundo estudos, dos resultados, ainda, buscam infraestrutura urbana, a casa-própria e a tranquilidade. E, morar com conforto é ter o mínimo necessário, que passa desde as questões da infraestrutura urbana, passando pelas necessidades básicas ou ter eletrodomésticos. Já morar com segurança parece sinônimo de morar com tranquilidade, que para a maioria é estar num lugar sem violência. Quanto ao grau de satisfação do morador com a moradia é maior, pois os laços e as raízes com o local são significativamente mais fortes.

No que tange a comunidade da Vila Barraginha/Contagem-MG, a partir de relatos de alguns entrevistados, sobre o morar:

Agora eles canalizaram. E, fizeram aquela área de lazer e a pouco tempo eles entregaram para gente. Ótimo.

Excelente. Eu, principalmente, eu não tenho criança mais, na época se eu tivesse minhas crianças, eu estava adorando. Era um lugar que eles teriam para brincar. Pois na época que criei meus filhos eu não tinha isso. Eles ficaram brincando no meio do brejo ali, da firma, que não tinha espaço para eles brincar. Nós só temos um lugar de ficar, de dormir. A gente não tem área nenhuma. A única área que temos é de menos de 2 metros: área de tanque, de entrada (ENTREVISTADO 3).

Gosto da minha moradia. Não tenho que reclamar do meu prédio. Muita coisa tem que ser melhorada, como síndico, não temos, mas isso não é por conta da prefeitura. A benfeitoria foi por minha conta mesmo (ENTREVISTADO 7).

Foi até sem agente esperar, que isso ia acontecer, que ia ser aqui mesmo que a gente ia morar, aproximadamente levou 8 anos para isso acontecer. Fizeram o cadastro, para indenizar, para dar casa para morar. Eu mesmo não tinha intenção de pegar apartamento, tinha intenção de pegar indenização e comprar em outro lugar (ENTREVISTADO 8).

Observa-se que para além das edificações, as adaptações ou ônus de reformas no ambiente doméstico ficam a cargo das famílias, que vão se arranjando entre os seus membros familiares e concorrendo nos mínimos espaços da residência, pré estabelecidos.

### **3. BREVE HISTÓRICO DA POLÍTICA NACIONAL DE URBANIZAÇÃO DE VILAS E FAVELAS PÓS CF/88 ATÉ OS DIAS DE HOJE**

Nos anos 80, segundo estudos, as condições de moradia em vilas e favelas da maioria da população, se caracterizavam, dentre outras, pela ausência de saneamento básico, áreas de risco de desabamento ou alagamento, falta de acesso aos bens e serviços públicos, precariedade de mobilidade e de habitação. Os municípios, por sua vez, estabeleciam políticas públicas que buscavam melhores condições de vida, priorizando execução de obras de saneamento público e, quando tinha alguma área de risco de inundação com vilas e favelas a política, geralmente, era a de remoção das moradias da área e expulsão dos moradores (DENALDI, 2003).

Com o movimento crescente pra a reformulação da legislação urbana retomado nos anos 80, a corrente da Reforma Urbana carrega uma nova proposta de política pública fundamentada em orientações, conforme Santos, em seus estudos, citadas por Ribeiro (2003):

instituição da gestão democrática da cidade, com a finalidade de ampliar o exercício da cidadania e aumentar a eficácia/eficiência da ação governamental;  
fortalecimento da regulamentação pública do uso solo urbano, com a introdução de novos instrumentos de política fundiária (solo criado, imposto progressivo sobre a propriedade, usucapião especial urbano, etc) que garantam o funcionamento do mercado de terras condizentes com os princípios da função social da propriedade imobiliária e ada justa distribuição dos custos e benefícios da urbanização;  
inversão de prioridades no tocante à política de investimentos urbanos que favoreça às necessidades coletivas de consumo das camadas populares, submetidas a uma situação de extrema desigualdade social em razão da especulação urbana. (RIBEIRO, L.C.Q., 2003, p. 13) (SANTOS, 2006, p. 39).

Após vários debates e encontros, essas orientações contribuíram na formulação de um consenso social e político sobre as questões urbanas e foram incorporadas na Constituição federal de 1988, na legislação estadual e municipais e em 2001, no Estatuto da Cidade. O novo arranjo federativo, de acordo com Denaldi (2003), a partir da Constituição Federal de 1988 definiu a

transferência de capacidade decisória, funções e recursos do governo federal aos estados, e principalmente aos municípios. A partir da Constituição Federal de 1988, houve também a instituição da função social da propriedade e da usucapião especial urbana, que possibilitou no ordenamento jurídico reconhecer o direito de posse da terra das favelas, o que antes não eram reconhecidas no espaço urbano, além de intervenções de melhoramento das condições de vida da população de baixa renda, por intermédio de projetos de urbanização. Ao longo dos anos 90, apesar de escassez de recursos na área de habitação de interesse social e com o aumento do número de vilas e favelas, estados e municípios assumem de forma autônoma o gerenciamento e o financiamento de intervenções na área habitacional.

Entretanto, segundo Santos (2006), em seus estudos:

a política de habitação vinha modificando seu contorno, porém sem modificar sua estrutura essencial. Seja pelo gerenciamento e a distribuição dos recursos financeiros destinados ao setor que permanecem com bancos comerciais (CEF, BNDS), seja pela manutenção de ineficácia do poder público no controle do sistema habitacional, não conseguindo alcançar o efetivo atendimento da população de baixa renda. (SANTOS, 2006, p. 56).

Isso acabou levando os municípios a aprimorarem suas políticas de urbanização e sua capacidade institucional, de modo a ter exigências técnicas nas intervenções. Passaram a desenvolver políticas e programas de urbanização de assentamentos e regularização, em especial nos municípios de grande porte, como construção de conjuntos habitacionais de interesse social (DENALDI, 2003).

No período de 1991 a 1998, o governo federal começou a formular programas de apoio às políticas habitacionais dos governos municipais, como o Programa Habitar Brasil e o Programa Morar Município – Promorar (Programa de urbanização de favelas), apesar da escassez de recursos, agravada com crises econômicas do final de 1990. O Programa Habitar Brasil contava com recursos do Orçamento da União e canalizava recursos orçamentários para

projetos de urbanização de favelas e produção de moradias, desenvolvidos sob a responsabilidade dos Estados e Municípios. Visava à promoção de intervenções em assentamentos precários, sendo direcionado para família com renda de até três salários-mínimos que vivem nesses assentamentos. Além da ênfase no desenvolvimento institucional, o programa exigia também o acompanhamento das intervenções pelo trabalho técnico social (ADAUTO, 2018).

Os estudiosos da área apontam

[...] que na década de 1990, houveram duas tendências: o crescimento da intervenção municipal, com a institucionalização de programas de urbanização como parte integrante da política municipal de habitação, e o aprimoramento das políticas de urbanização, com elevação do patamar técnico de intervenção (DENALDI, 2003).

As intervenções municipais não tem se restringido as ações somente na área ocupada pelas favelas, pelo contrário, elas devem considerar também questões de desenvolvimento urbano nos aspectos ambientais, tais como microbacias hidrográficas e de drenagem da cidade, e nos aspectos sociais e jurídicos de vilas e favelas, e dos bairros em seu entorno. Assim, as intervenções devem ser integradas de modo que em conjunto consigam mudar a realidade da população residente na área dela.

Segundo Santos (2006), a partir de seus estudos, infere que o tratamento da questão urbana distanciada da habitacional seja uma diretriz com consequências desastrosas, de vez que a habitação é a expressão máxima da utilização do espaço urbano. (SANTOS, 2006, p. 59).

Por outro lado, no ordenamento jurídico, o direito à cidade é amplo, e propõe uma gestão que focalize tanto a favela como a cidade, trazendo soluções integradas, que respondam simultaneamente aos problemas ambientais e de estrutura urbana, em oposição à mercantilização dos territórios, da natureza e das pessoas.

Dentre as leis no Direito Urbanístico, destacamos aqui o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001), que em seu artigo 2º, prevê a

garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações.

Entretanto, logo após a aprovação do Estatuto da Cidade, pouco se avançou na articulação da política de habitação e política urbana. Isso de fato só foi ocorrer após 2005.

O Estatuto da Cidade dispõe de instrumentos urbanísticos com características como controlar a valorização da terra e promover a socialização do uso do solo, porém muitos desses instrumentos encontram-se em fase de regulamentação municipal, dificultando sua operacionalidade.

Santos (2006), em seu estudo, refere às camadas dominantes que detem a concentração das riquezas necessárias à transformação dos espaços urbanos, ainda precários, e do problema habitacional. Na atualidade, ainda se constata o inverso dessa lógica, em que o Estado tem demonstrado submisso às regras do mercado capitalista da terra e da moradia, que conforme Maricato (1996):

A legislação urbana não emergirá senão quando se tome necessária para a estruturação do mercado urbano, de corte capitalista. Os códigos Municipais de Posturas, elaborados no final do século passado, tiveram o claro papel de subordinar certas áreas da cidade ao capital imobiliário, acarretando a expulsão da massa trabalhadora pobre do centro da cidade. A nova normatividade contribui para a ordenação do solo de parte da cidade, mas também vai contribuir para a segregação espacial. A escassez alimenta a extração da renda imobiliária. A submissão da terra aos capitais de promoção, construção e financiamento imobiliário não se tornou homogênea como nos países avançados, convivendo com formas arcaicas de produção do espaço como autoconstrução em loteamentos ilegais ou áreas ocupadas. (MARICATO, 1996, p.58) (SANTOS, 2006, p. 40).

Denaldi (2003), em seu estudo, ainda aponta que

De fato, há muito atraso na articulação dessas políticas. Por exemplo, acontece de importantes instrumentos urbanísticos chegarem a cidades em regiões metropolitanas que já não possuem um estoque expressivo de terras públicas e particulares e têm grande parte de suas áreas ambientalmente sensíveis ocupadas e deterioradas. É preciso romper a distância entre o discurso e a prática para construir uma política urbana inclusiva e colocar a habitação como eixo central da política e gestão urbana, como lembra MARICATO (2001). (DENALDI, 2003, p. 209).

A segregação socioespacial nas cidades, segundo Santos (2006):

decorrem da predominância da lei de mercado sobre a norma jurídica de ordenamento do solo. Por um lado, áreas habitacionais bem equipadas, edifícios de luxo e por outro lado, áreas faveladas com precária infraestrutura, barracões e construções precárias (...) O Estado precisa por em prática a sua “autoridade” política e jurídica nas ações relacionadas ao uso do solo, favorecendo a efetividade da política habitacional, no sentido de inverter a lógica. Mas o Estado não deve exercer uma autoridade discriminatória e autoritária demonstrada nas ações de despejo e erradicação de favelas e sim, exercer uma autoridade com finalidade justa e democrática. (SANTOS, 2006, p. 42).

As intervenções em favelas deveriam sempre buscar as soluções integradas que seriam possíveis para esses espaços nas cidades. No entanto, o estudo realizado por Denaldi (2003) revela que o tratamento das favelas ainda tem sido apenas como problema social e de saneamento:

Segundo Denaldi (2003), embora o saneamento seja um ‘direito social mínimo’, ele não pode continuar sendo considerado a “única questão central em programas de urbanização que buscam integrar a favela à cidade e promover a inclusão social”. As vilas e favelas, muitas vezes, localizadas próximas de rios e córregos, com falta de saneamento básico, tendo como intervenção do poder público, em sua grande maioria, obras que apenas tentavam sanear este problema.

Em 2003, Rosana Denaldi já mostra que é importante que as políticas de urbanização de vilas e favelas sejam amplas, abrangendo tanto políticas de saneamento, mas também as de habitação e mobilidade:

O custo da remoção e da produção de novas moradias para viabilizar a urbanização, assim como a baixa qualidade da moradia que resulta dos processos de urbanização, são indicadores de que nas grandes cidades e nas regiões metropolitanas não se trata apenas de levar a cidade aonde já tem moradia. É necessário também combinar os programas de urbanização com programas complementares de produção de novas moradias e priorizar ações de assessoria técnica à autoconstrução de moradias, além de ações de manutenção e controle urbano (DENALDI, 2003, p. 212).

Ainda, segundo Denaldi, observa-se que os problemas das vilas e favelas vão muito além da produção de moradias ou outros problemas pontuais

e a solução deve ser a de integrar estas áreas a cidade e fazer com que os moradores das primeiras consigam acessar a infraestrutura urbana do restante da cidade, de modo que as vilas e favelas não se tornem redutos de pobreza, miséria e violência apartados da cidade.

Segundo estudos de Santos (2006), a partir de Camargo et al (1976):

as condições de vida de uma população dependem de uma série de fatores ligados direta ou indiretamente às formas de produção e distribuição da riqueza social. Ao lado da organização empresarial, a própria organização do espaço urbano, da infraestrutura e dos serviços da cidade determina a “qualidade de vida” da população. Mas, por outro lado, a distribuição do acesso a bens e serviços depende diretamente da distribuição de renda. (SANTOS, 2006, p. 45).

Historicamente, no campo da habitação, observa-se uma valorização e especulação imobiliária nas áreas urbanas aliado a desigual distribuição de renda e a falta de emprego, alta da inflação, aumento do custo de vida contribuem para as desigualdades socioespaciais, segregando-as.

Ainda, segundo Santos, 2006, a distribuição espacial da população na cidade acompanha a condição social dos habitantes, o que vem reforçando as diferenças existentes.

Entre esses, nos grupos vulneráveis, camadas de baixa renda (trabalhadores, desempregados, aposentados) surgem o crescimento das favelas, os assentamentos precários.

Ainda, segundo estudos de Santos (2006), verificou-se na história e na contemporaneidade brasileira que a legislação não garantiu a socialização do acesso ao solo, ao contrário, ela contribuiu para a valorização do mercado imobiliário e a segregação socioespacial. E por isso, iniciou-se um movimento gradativo para a reformulação da legislação urbana, nos anos 60, somente retomado nos anos 80. O marco inicial desse movimento foi o Seminário “Habitação e Reforma Urbana”. Que em seus estudos, conforme Ribeiro (2003):

(...) os problemas urbanos entram na questão distributiva da sociedade brasileira como parte integrante do programa de “reformas de base”, consideradas como instrumentos fundamentais para o desenvolvimento econômico nacional. Na formulação de teóricos “desenvolvimentistas”, as reformas agrária e urbana teriam impactos na melhoria das condições de vida da população brasileira e, ao mesmo tempo, permitiriam o

alargamento do mercado interno. (RIBEIRO, L.C.Q., 2003, p. 12)  
(SANTOS, 2006, P.39).

Em 2003, o governo federal criou o Ministério das Cidades e a Secretaria Nacional de Habitação.

Segundo o Ministério das Cidades (2004):

(...) seja pela redefinição institucional acentuadamente municipalista promovida pela nova constituição de 1988, seja pela iniciativa dos novos governos municipais eleitos na década de 80, ou ainda como reflexo da desarticulação institucional dos sistemas estaduais de habitação e da retração e fragilidade das políticas federais, houve um efetivo processo de descentralização e municipalização das políticas habitacionais, a partir de meados dos anos 80. (MINISTERIO DAS CIDADES, 2004, p.11).

Mesmo com aspectos positivos da municipalização das políticas públicas no âmbito da habitação, conforme considerações de Santos (2006), tais como:

ampliação de integração entre as políticas de provisão habitacional e de regularização fundiária; autonomia municipal na gestão da política habitacional e, oportunidades dos municípios regionalizarem os programas habitacionais. (SANTOS, 2006, p. 54).

Ainda, segundo Santos (2006) esses aspectos não foram suficientes para sanar os entraves existentes na habitação, como:

desarticulação institucional; ausência de clareza quanto a distribuição de competências entre os níveis de governo e, inexistência de incentivos do governo federal, com relação à locação de recursos significativos para programas habitacionais. (SANTOS, 2006, p. 54).

E, em 2005, aprovou a Lei Federal nº 11.124, de 16 de junho de 2005 (BRASIL, 2005), que dispôs sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, criou o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e instituiu o Conselho Gestor do FNHIS. Além disso, este normativo possibilitou estrutura e atuação em matéria de “urbanização e integração de assentamentos precários”, incluídos os loteamentos populares, os conjuntos habitacionais degradados e, principalmente, vilas e favelas.

Na perspectiva de integrar a favela à cidade e de melhorar a qualidade de vida dos moradores das vilas e favelas, são construídos equipamentos públicos dentro da favela ou no seu entorno, como praças, centros comunitários, centros esportivos, creches, escolas e unidades de saúde. Com isso, ocorre a ampliação do acesso aos bens e serviços públicos à população. As obras de infraestrutura urbana em vilas e favelas contribuem, também, para qualidade urbanística local. Algumas urbanizações em vilas e favelas foram realizadas com o adensamento dos núcleos populacionais, para dar condições de construção de equipamentos públicos ou obras de infraestrutura urbana. Para fazerem as obras de infraestrutura urbana e os conjuntos habitacionais, em geral, é realizado a análise do percentual de remoção necessário para viabilizar a urbanização. Por fim, outras experiências municipais têm sido realizadas no âmbito da valorização dos equipamentos públicos, articulada com a necessidade de dar uso às áreas íngremes, evitando novas ocupações irregulares em áreas de risco ambiental.

Em 2007, em novo cenário político e econômico, o governo federal lançou o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), de investimentos em infraestrutura, com objetivo de “estimular o crescimento de setores produtivos e ao mesmo tempo, levar benefícios sociais para todas as regiões do país” (BRASIL, 2007a). Em outras palavras, por um lado, promover moradias, urbanização de vilas e favelas, e, portanto, promover cidadania e de outro, promover investimentos privados.

Segundo Adauto (2018, p. 37) observou-se que o PAC viabilizou tanto urbanização de assentamentos – que não haviam até então recebido qualquer tipo de melhoria significativa –, como complementações de urbanizações e intervenções pontuais.

Ainda, conforme seus estudos, Adauto (2018, p. 27), aponta que os programas de urbanização de assentamentos precários do PAC reproduziram o desenho programático do HBB, que já previa o financiamento de diversos componentes na lógica de promover a “Urbanização Integrada” dos assentamentos precários e tratar a dimensão social, urbana- -ambiental e fundiária. Esse desenho programático reconhece a complexidade da intervenção nesses territórios e possibilita financiar obras de urbanização, equipamentos sociais, produção de novas moradias, requalificação habitacional, trabalho social e regularização fundiária (ADAUTO, 2018, p. 27).

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) ocorreu em duas etapas: No Eixo Infraestrutura Social e Urbana, no período de 2007 à 2010 (denominado PAC 1), foi criada a Modalidade Urbanização de Assentamentos Precários (PAC-UAP), além dessas obras em favelas, contemplavam também ações de investimentos, apoio técnico para elaboração de projetos e planos de habitação, construção de unidades habitacionais, construção de lotes urbanizados, dentre outros.

Em 2007, no primeiro Manual publicado, as ações que foram foco foram as seguintes:

3.1 Ação 1: Apoio a Empreendimentos de Saneamento Integrado em Assentamentos Precários em Municípios de Regiões Metropolitanas, de Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico ou Municípios com mais de 150 mil habitantes (17.512.1128.006H)

3.2 Ação 2: Apoio à Urbanização de Assentamentos Precários (15.451.1128.0644). (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2007)

No primeiro Manual do PAC, então, foram focadas ações de saneamento e urbanização de em assentamentos precários. Em edições posteriores do PAC outras ações foram priorizadas, conforme pode ser observado no Quadro 2:

**Quadro 2 – Áreas de atuação do PAC**

Transporte	Energia	Social e Urbano			
		Cidade melhor	Comunidade Cidadã	Minha Casa, Minha Vida	Água e luz para todos
Rodovias	Geração de Energia Elétrica	Saneamento	UBS - Unidades Básicas de Saúde	Minha Casa, Minha Vida	Luz para Todos
Ferrovias	Transmissão de Energia Elétrica	Prevenção em áreas de risco	UPA - Unidades de Pronto Atendimento	Urbanização de Assentamentos Precários	Água em Áreas Urbanas
Portos	Petróleo e Gás Natural	Mobilidade Urbana	Creches e Pré-Escolas	Financiamento Habitacional-SBPE	Recursos Hídricos
Hidrovias	Refino e Petroquímica	Pavimentação	Quadras Esportivas nas Escolas		
Aeroportos	Fertilizantes	Cidades Históricas	Centros de Arte e Esporte Unificados		
Equipamentos para Estadas Vicinais	Revitalização da Indústria Naval	Cidades Digitais	Centro de Iniciação ao Esporte		
	Combustíveis Renováveis		Equipamentos para Esportes de Alto Rendimento		

Fonte: Caldas (2015)

Nota: Itens em cinza foram incluídos a partir do PAC 2.

E, no PAC2, no período de 2011 à 2014, foi criada a mesma modalidade que passou a fazer parte do Eixo Minha Casa Minha Vida (PETRAROLLI, 2015).

Ainda segundo Petrarolli (2015), existiam outros Programas e Ações que destinam recursos para urbanização de favelas no âmbito do PAC que não estão incluídos no PAC-UAP. Com a responsabilidade de municípios e estados pela definição dos projetos de intervenção e pela gestão das obras, de acordo com os programas, bem como acompanhamento, fiscalização e responsabilidade da Caixa Econômica Federal (CAIXA).

No entanto, no período de 2015 e 2016, com a crise política, houve uma modificação profunda no curso das políticas públicas no país. Conforme estudos, após o impeachment da presidenta Dilma Roussef, o novo governo de Michel Temer iniciou amplo processo de reformas estruturais conservadoras e de caráter neoliberal, com aprovação de um Projeto de Emenda Constitucional (PEC) que estabeleceu um teto de gastos para o setor público (CARDOSO; DENALDI, 2018, p. 12).

No mesmo sentido que as demais políticas, a aprovação dessa Proposta de Ementa Constitucional (PEC) do Teto dos Gastos Públicos no que tange no campo da política habitacional contribuiu com forte repercussão nos investimentos habitacionais e para urbanização de vilas e favelas, impedindo a concessão de subsídios diretos, como vinha sendo feito em período anterior, em conformidade com estudiosos da área. Assim, houve uma forte redução dos gastos com as políticas dessas áreas, além de descontinuidade PMCMV destinado aos trabalhadores e população de baixa renda (CARDOSO, DENALDI, 2018, p. 12).

No próximo capítulo serão mostrados mais dados sobre a Vila Barraginha.

### **3 A VILA BARRAGINHA – BREVE HISTÓRICO E CARACTERÍSTICA DE SEUS MORADORES**

A Vila Barraginha está localizada no centro da Cidade Industrial Juventino Dias, de Contagem, Região Metropolitana de Belo Horizonte. Embora a Vila Barraginha esteja situada numa região industrial, possui menor IDH do município de Contagem, conforme dados oficiais da Prefeitura de Contagem (2018).

A Vila Barraginha surgiu no final dos anos 50, com início de vinte moradias em área de risco hídrico, com presença de córrego, que, conforme Relatório Técnico PMC (2007), apresentavam áreas preservadas da erosão regressiva provocada pelo entalhamento da drenagem principal e de seus afluentes imediatos de modo a ocorrer, nessa bacia, acumulação natural de alúvios e colúvios, depositados numa região relativamente plana. Esses estudos geológicos acrescentam, também, que os materiais acumulados pelo assoreamento da barragem afetaram uma área muito restrita da bacia que passou de solo inicialmente argiloso para silto-arenoso em profundidade. Com a existência de um barramento artificial no local, que represava águas com o intuito de suprir as necessidades das indústrias próximas, área recebeu o nome de Vila Barraginha.

A Vila Barraginha se compõe por lotes irregulares distribuídos por becos compridos e estreitos. Com residências improvisadas, puxadinhos e de baixo padrão de construção.

Foram identificadas catástrofes na história da Vila Barraginha, sendo a primeira catástrofe ocorrida em 1968, registrada pelo Jornal Estado de Minas da época. Em 1992, com 37 mortes e atingindo 150 domicílios, teve repercussões à nível internacional. A terceira catástrofe ocorreu em 2000, também, com destruição de casas e quatro mortes.

Conforme estudos, Viana (2015):

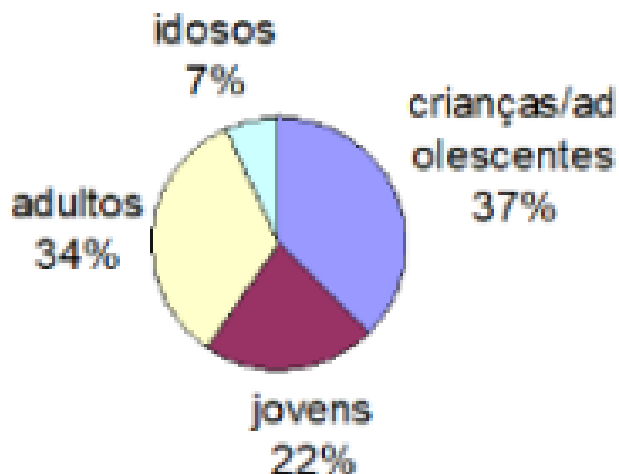
o desastre que, em 1992, matou 37 pessoas e deixou outras centenas de famílias desabrigadas parece estar continuamente em estado de latência. Parte das famílias que foram removidas na época, hoje, correm o risco de serem vítimas de nova tragédia, residindo em outros locais. Mesmo aquelas que permaneceram no local, no

município de Contagem, continuam a viver em áreas consideradas de risco ambiental.

Em janeiro de 2020 com uma forte chuva, acompanhada de fortes ventanias atingiu a região metropolitana de BH, causou deslizamento de encostas, alagamentos e transbordamento de córregos. Em Contagem, dentre os locais mais atingidos, destacamos a Vila Barraginha, que também, passou por perdas materiais significativas.

Em relação aos dados demográficos, segundo Martins (2020), no seu estudo baseados em dados oficiais da prefeitura e do IBGE (2010) tem-se que, primeiramente, em relação à população residente na Vila Barraginha em 2010 37,6% dos moradores eram crianças ou adolescentes (entre 0 e 19 anos); 21,9% eram jovens (20 a 29 anos); 34% eram adultos (30 a 59 anos); e 6,6% eram idosos (acima de 60 anos) (SECRETARIA DE HABITAÇÃO DE CONTAGEM, 2011).

#### **GRÁFICO 1 - População por faixa etária – Vila Barraginha – 2010**



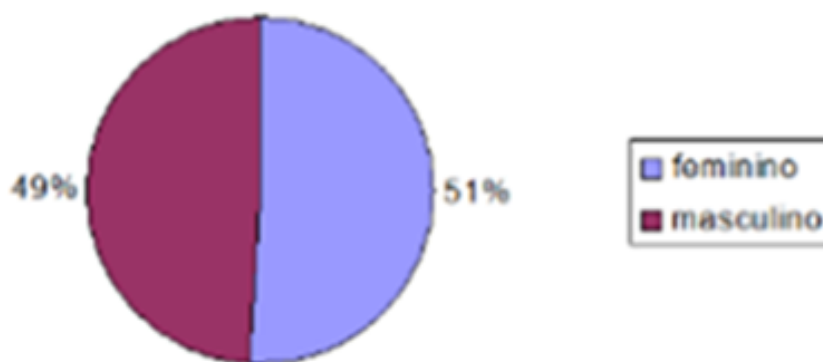
Fonte: Secretaria de Habitação de Contagem (2011)

No tocante à educação, os índices também se apresentam baixos: Cerca de 11,1% da população da Vila não era escolarizada e 2,1% apenas assinavam o nome. Ainda, mais da metade – 55,5% – não chegou a completar o Ensino Fundamental. Em relação ao Ensino Superior, na ocasião do PIIN

(Plano de Intervenção Integrada) da Vila, apenas 0,3% possuíam o diploma do terceiro grau e 0,6% ainda estavam cursando.

O relatório apontou que, nesse aglomerado, residiam 1527 moradores. Desse total, 49,2% das pessoas são do sexo masculino e 50,8%, do sexo feminino (SECRETARIA DE HABITAÇÃO DE CONTAGEM, 2011).

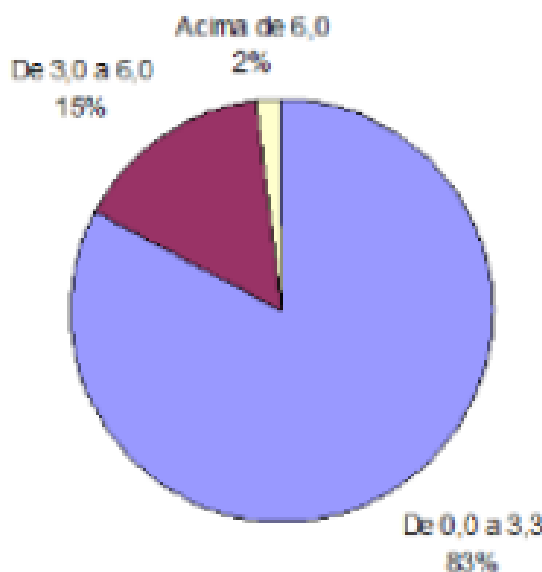
### GRÁFICO 2 – População por sexo – Vila Barraginha – 2010



Fonte: Secretaria de Habitação de Contagem (2011)

Em relação à renda, 17,2% das famílias tinham renda mensal até 6 salários mínimos. Esse relatório apontou também que nessa comunidade 197 mulheres declararam serem chefes de família, responsabilizando-se sozinhas pelo sustento de seus filhos. No contexto pesquisado, o número de mulheres com esse perfil representa 12,09% em relação ao número total de moradores (SECRETARIA DE HABITAÇÃO DE CONTAGEM, 2011).

**GRÁFICO 3 – Renda familiar média na Vila Barraginha, 2010 (em salários mínimos)**



Fonte: Secretaria de Habitação de Contagem (2011)

No entanto, 83% das famílias tinham renda média de até 3,3 salários mínimos, enquanto no município como um todo a renda média individual era de 2,4 salários mínimos, ou seja, na Vila a renda das famílias é, em média, inferior a do município.

Moreira (2004) em estudo feito sobre a Vila e os vínculos sociais de seus moradores trouxe uma reflexão sobre as “motivações da relação entre fragilização de vínculos sociais e a luta pela melhoria da qualidade de vida da população da Vila Barraginha”. O estudo procurou, a partir da percepção de lideranças comunitárias da Vila, verificar como se dá a participação comunitária e seus desdobramentos na luta por melhores condições de vida. Seja frente aos vínculos sociais - educação, alimentação, habitação, lazer, trabalho e saúde – seja sobre as situações de desemprego e ajuda assistencial.

No que se refere à habitação, Moreira pergunta porque as pessoas seguem vivendo na Vila mesmo com o risco geológico da área. A partir de este questionamento, Moreira (2004) reflete que “apesar das condições precárias, a maioria dos entrevistados gosta de morar na Vila, por causa da localização, próxima ao centro industrial e dos laços afetivos ali desenvolvidos”.

Quanto à política habitacional, a referida pesquisa, a partir dos dados levantados, nos revela que 87% dos entrevistados não recebia ajuda habitacional. E a maioria, 97% avaliaram como regular e ruim os serviços prestados nesta área (MOREIRA, 2004, p. 141).

Ainda, segundo o relatório de pesquisa de Moreira (2004) no que se refere às análises do sujeito frente às políticas sociais e suas necessidades, ele infere que “as precárias condições materiais e financeiras da população e a efetiva inexistência desses serviços públicos na região, são sérios obstáculos ao acesso às políticas, como educação, alimentação, habitação, saúde, lazer e o trabalho”.

Apesar das áreas de educação e saúde indicarem maior envolvimento da maioria das pessoas, segundo Moreira (2004), foi possível também inferir que há

uma relação de subserviência, pois a procura e o aceite ao lado de má avaliação e de reconhecimento que os serviços são deficientes permite refletir sobre a condição de opressão através de valores que reforçam a condição de submissão e conformismo das pessoas pobres impedindo a estas de exercerem o seu direito de cidadão na busca de bens e serviços que venham suprir as suas necessidades básicas. (MOREIRA, 2004).

Também, segundo a pesquisa (MOREIRA, 2004), no aspecto sobre os laços afetivos e de proteção social, de preservação da vida social, apresenta como estratégias da população da Vila no enfrentamento das condições de habitabilidade no seu cotidiano de vida social: existência e/ou fortalecimento de laços afetivos, preservação de experiências solidárias, desenvolvimento permanente de laços protetores da vida social e coletiva – a busca da segurança de vida em grupo e, a preservação da individualidade e da capacidade do sujeito conduzir a sua própria vida. (MOREIRA, 2004, 146).

E, ainda, segundo pesquisa, por outro lado, questões de violência ameaça as condições de segurança e afetivas da população, bem como parte das pessoas entrevistadas, refere a dificuldade de preservação de laços e de condições de vida na fala de poder, no sentido de que a pessoa individualmente, por não ter influência política, não consegue interferir no processo de mudanças das situações de vida (MOREIRA, 2004).

Em outra reflexão importante da pesquisa Moreira (2004) refere-se à fragilidade de lutas sociais interpretada pela questão do “desalento” na vida social e desemprego, pois populações que, como a Vila Barraginha, vem reiteradamente, vivendo situações de catástrofes e destrutivas de sonhos e projetos, tendem ao desalento e desmotivação para lutar por melhores condições de vida.

As obras de urbanização realizadas na Vila Barraginha, em grande medida foram feitas com recurso oriundos do PAC.

Segundo dados oficiais da prefeitura de Contagem, a presença de um convênio que garantiu recursos do PAC para Vila Barraginha e que contou com contrapartida municipal, deu condição para execução de ações definidas em um projeto de urbanização da vila, tendo como opção para mais de 500 famílias, o reassentamento em conjuntos habitacionais na própria Vila Barraginha – posteriormente às ações de segurança do terreno – ou indenização de sua moradia e transferência para outras moradias de sua escolha. E, o novo projeto urbanístico define o sistema viário principal e secundário, as áreas de lazer, as áreas institucionais e, outras ações complementares como abastecimento de água e esgoto (CONTAGEM, 2007).

Ainda, segundo dados oficiais da prefeitura de Contagem, na primeira etapa da obra serão reassentadas 144 famílias no antigo terreno do Detran, que fica ao lado da Vila Barraginha. Após a estabilização de todo o terreno serão reassentadas, no mesmo local da vila, mais 386, totalizando 530 reassentamentos. A intervenção deveria ser concluída até o final de 2009 (CONTAGEM, 2007).

No entanto, estudo posterior mostrou que o terreno onde ocorreu a tragédia de 1992 não tinha condição geológica e nem indicação para comportar construções de moradias.

Por meio de recurso do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC e contrapartida municipal foi estabelecida a Ordem de Serviços para as obras de revitalização do Ribeirão Arrudas na região metropolitana. Em Contagem, a Cidade Industrial, que dentre as vilas beneficiárias, inclui a Vila Barraginha, começam as obras que asseguram além das moradias, desenvolvimento social e econômico (CONTAGEM, 2008).

Em noticiário, Jornal “O Tempo”, de 23 de dezembro de 2009, que referiu a assinatura de convênios do PAC Barraginha, para promover o desenvolvimento econômico, social e sustentáveis dessa região e de outras áreas contempladas por esse ato, no município.

Apesar das escassezes de recursos, em 30 de novembro de 2021, o Poder executivo municipal inaugurou obra de Parque Urbano Linear da Vila Barraginha, que estava prevista para agosto de 2021. Segundo site oficial da cidade, matéria publicada em 01/12/2021, a obra contou com investimentos provenientes da parceria entre a Prefeitura de Contagem e o Ministério das Cidades, por meio do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC Barraginha. O projeto previa a revitalização do campo de futebol, construção de duas quadras, criação de uma pista de caminhada e implantação de uma academia da cidade com acessibilidade, playground e arborização. O local conhecido pela comunidade como buracão, devido tragédia da Barraginha em 1992, foi reestruturado e adequado, conforme noticiário oficiais.

Foto 1 – Equipamentos da Academia da Cidade e parquinho infantil em praça no Parque Linear na Vila Barraginha – Contagem, 2021



Fonte: Janine Moraes/PMC. Disponível em:  
<http://www.contagem.mg.gov.br/novoportal/inaugurado-parque-da-vila-barraginha-espaco-trara-mais-qualidade-de-vida-para-moradores-da-regiao/#:~:text=A%20Prefeitura%20inaugurou%20nesta%20ter%C3%A7a,Urbano%20Linear%20da%20Vila%20Barraginha.>

Foto 2 – Outra visão dos equipamentos da Academia da Cidade e parquinho infantil em praça no Parque Linear na Vila Barraginha – Contagem, 2021



Fonte: Janine Moraes/PMC Disponível em:

<http://www.contagem.mg.gov.br/novoportal/inaugurado-parque-da-vila-barraginha-espaco-trara-mais-qualidade-de-vida-para-moradores-da-regiao/#:~:text=A%20Prefeitura%20inaugurou%20nesta%20ter%C3%A7a,Urbano%20Linear%20da%20Vila%20Barraginha.>

Foto 3 – Outra visão dos equipamentos da Academia da Cidade e parquinho infantil em praça no Parque Linear na Vila Barraginha – Contagem, 2021

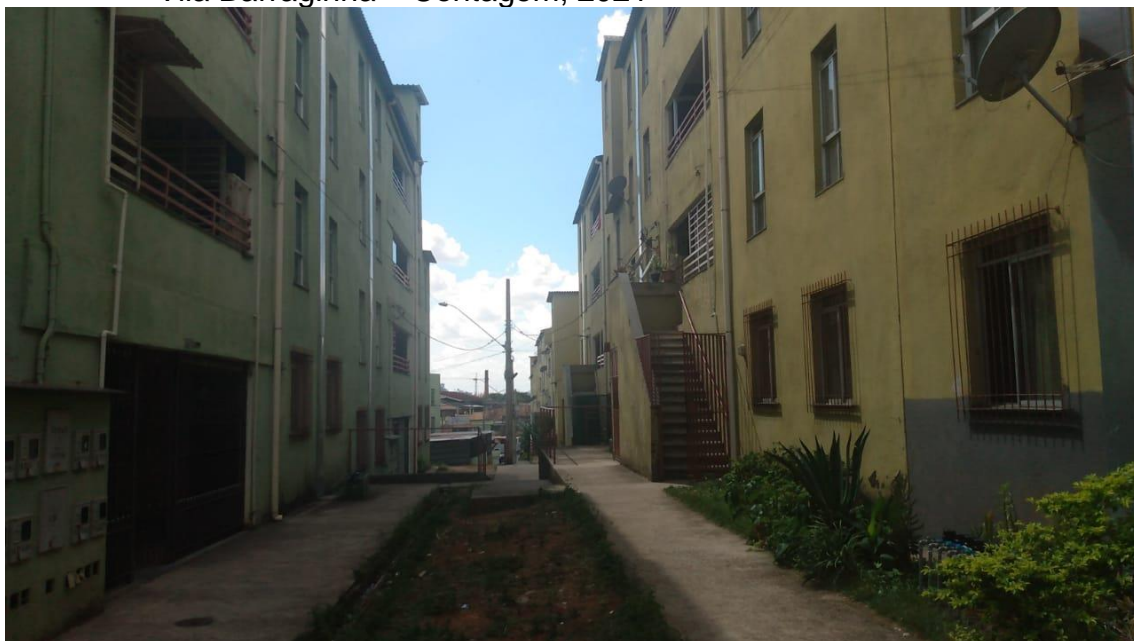


Fonte: Janine Moraes/PMC. Disponível em:

<http://www.contagem.mg.gov.br/novoportal/inaugurado-parque-da-vila-barraginha-espaco-trara-mais-qualidade-de-vida-para-moradores-da-regiao/#:~:text=A%20Prefeitura%20inaugurou%20nesta%20ter%C3%A7a,Urban%20Linear%20da%20Vila%20Barraginha>

Na foto 4 pode-se ver o Conjunto Habitacional construído para os moradores da Vila Barraginha entregue em 2015.

Foto 4 – Conjunto Habitacional construído para os atingidos pelo desastre na Vila Barraginha – Contagem, 2021



Fonte: foto de autoria própria.

No próximo capítulo será analisado os resultados das entrevistas com os moradores da Vila sobre sua satisfação em residir na Vila e considerações sobre as obras de urbanização da Vila Barraginha.

## **4 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS**

Neste capítulo serão analisadas as entrevistas realizadas com alguns moradores da Vila Barraginha e que foram realizadas em janeiro e fevereiro de 2022. Antes de se realizar a análise dos resultados será descrito o processo de pesquisa.

### **4.1 Descrição do processo de pesquisa de campo**

O presente trabalho tinha como primeiro intuito verificar a satisfação dos moradores que viveram e/ou vivenciaram a tragédia de trinta anos atrás, ocorrida em 18 de março de 1992, na Vila Barraginha, em Contagem com as obras de urbanização que a Vila passou. No entanto, muitos moradores ali não residem mais, além de novas gerações e configurações familiares o objetivo inicial foi um pouco alterado, de modo que esse trabalho teve como objetivo geral a análise das ações da política de habitação e urbanização (realizadas e as que foram inicialmente previstas) na comunidade da Vila Barraginha, em Contagem, após tragédia ocorrida em 18 de março de 1992 e os atuais problemas que a Vila hoje possui.

Foram entrevistadas 12 pessoas moradoras da Vila Barraginha. Buscou-se entrevistar pessoas que moravam na vila a mais tempo, no intuito de identificar alguém que lá residisse desde 1992, ano que ocorreu a tragédia na Vila. Para seleção dos entrevistados recorreu-se a contato com agentes comunitários da área de abrangência da Vila Barraginha, que fizeram levantamento de moradores mais antigos que ali, ainda, residiam e, que vivenciou, diretamente e indiretamente a catástrofe de 1992.

Dos entrevistados, seis foram reassentados no antigo terreno do Detran e seis eram moradores de outras habitações na Vila que não foram atingidas pelo desastre e, portanto, não fizeram jus a remoções ou a novas unidades habitacionais.

Para coleta dos dados foi elaborado um roteiro, contendo sete questões abertas para os entrevistados que não foram atingidos pela tragédia, mas moravam na Vila Barraginha na ocasião. E também foi feito um segundo roteiro, contendo nove questões abertas, para aqueles entrevistados que moravam na Vila e foram afetados pela tragédia de 1992. Parte das entrevistas de campo foi realizada no dia 19/01/22 e o restante dos entrevistados foi no dia 01/02/22. Em ambos os dias, no período da tarde.

No entanto, uma das dificuldades também encontrada nesse trabalho de campo, relativa à pesquisa de base qualitativa foi a delimitação do universo de sujeitos a serem entrevistados.

A medida em que as informações foram sendo obtidas em cada depoimento, observou-se certo grau de recorrência destas informações, apontando “dados” que não apresentavam ser mais originais, inviabilizando a continuidade de realizar novas entrevistas, com possibilidades de novas perspectivas de investigação.

Nesse sentido, fazemos inferência à Duarte (2002), que em seu estudo de pesquisa qualitativa sobre o trabalho de campo refere à:

À medida que se colhem os depoimentos, vão sendo levantadas e organizadas as informações relativas ao objeto da investigação e, dependendo do volume e da qualidade delas, o material de análise torna-se cada vez mais consistente e denso. Quando já é possível identificar padrões simbólicos, práticas, sistemas classificatórios, categorias de análise da realidade e visões de mundo do universo em questão, e as recorrências atingem o que se convencionou chamar de “ponto de saturação”, dá-se por finalizado o trabalho de campo, sabendo que se pode (e deve) voltar para esclarecimentos (DUARTE, 2002).

Na próxima seção será mostrado as características dos entrevistados e os demais resultados das entrevistas.

## **4.2 Resultado das entrevistas**

A tabela 1 exhibe a faixa etária dos entrevistados:

**Tabela – 1 Entrevistados por Sexo e Idade na Vila Barraginha**

FAIXA ETÁRIA	Masculino	Feminino	TOTAL
35 a 54	0	5	5
55 a 74	2	3	5
75 e mais	0	2	2
TOTAL	2	10	12

Fonte: Elaboração própria.

Em relação as características demográficas desses entrevistados, tem-se que foram entrevistadas dez mulheres, metade delas tinham de 35 a 54 anos (TAB. 1), de modo que elas tinham de 5 a 24 anos na época do desastre da vila. Os demais selecionados já eram adultos quando ocorreu.

**Tabela 2 – Localidade e tempo de moradia na Vila Barraginha**

TEMPO DE MORADIA (ANOS)	ENTREVISTADOS
Menos de 18	1
19 a 34	2
35 a 52	7
53 e mais	2
TOTAL	12

Fonte: Elaboração própria.

Em relação ao tempo de moradia dos entrevistados na vila, tem-se que a maioria reside a pelo menos 35 anos na Vila, o que em alguns casos indica que o entrevistado nasceu na Vila.

**TABELA 3 - Motivos de morar na Vila Barraginha**

MOTIVOS DE MORAR NA VILA BARRAGINHA	ENTREVISTADOS
Mobilidade urbana	2
Proximidade do emprego	2
Dificuldades financeiras	5
Oriundos de habitações precárias	4
Presença de familiares	2

Fonte: Elaboração própria.

As necessidades habitacionais é um conceito construído teoricamente que mostra o que é importante para os moradores optarem por residir em um local em detrimento de outro. Ele incorpora tanto as características da moradia quanto do local onde a pessoa reside, como presença de familiares, gostar da

vizinhança, infraestrutura do local de habitação, proximidade do emprego, dentre outras. Desta forma, a partir da Tabela 3, tem-se que dentre os motivos de morar na Vila Barraginha, os entrevistados apontaram a mobilidade urbana (infraestrutura urbana da Vila), proximidade do emprego, presença de familiares próximos (apoio da rede familiar), entre outros fatores.

Nesse cenário, observa-se, então, que da análise de pesquisa, em campo, inferiu estado de satisfação e adequação das necessidades habitacionais dos moradores, pesquisados, na vila Barraginha, uma vez, comparada as moradias de origem.

A partir das entrevistas, as pessoas pesquisadas que moram nas unidades habitacionais demonstraram apaixonadas pelos apartamentos. Elas falam só bem, uma ou outra fala que ainda há o que melhorar, reconhecendo que a Vila ainda possui problemas estruturais. Mas o sentimento que prevalece é o de satisfação, já que, pelas observações, salvo alguma exceção, eles vieram de um lugar pior, de uma moradia pior, de um puxadinho, de um beco apertado, de um lugar feio, pequeno. Eles foram para o apartamento e, lá é grande, os cômodos são grandes, tem área privativa. Para eles, então, é uma evolução tremenda. E aí, eles resumem a satisfação com a moradia falando que ela é boa, que gostam do apartamento, parabenizam a prefeita, como se estivessem no paraíso. Mas também falam de algumas coisas que precisam. No entanto, de um modo geral, as 12 pessoas que foram entrevistadas falam que a população da Barraginha tem acesso aos serviços públicos. Segue então a fala de alguns entrevistados sobre sua mudança para a moradia e suas satisfações com elas:

Melhorou muito. Melhorou bastante. Porque na época, a minha mãe foi indenizada, né e aí, ela foi embora para [o] Darci Ribeiro. Aí eu fiquei aqui e depois teve a proposta da Marília, né. 'A gente, estamos' nos predinhos, agora, né. Morávamos lá em cima, na área de risco e lá eles derrubaram. Hoje, eles fizeram o parque linear, né. E trouxe agente pra cá, pros predinhos, onde agente mora agora, que é os predinhos novos. Meu apartamento é excelente, eu amo meu apartamento. (ENTREVISTADO 2)

A maior obra de habitação foi na Vila Itália, com ajuda da Itália e a prefeitura ajuda outras famílias a pagar o aluguel (aluguel social). Tem muita gente pagando aluguel, ainda. Uma coisa boa foram os predinhos. (ENTREVISTADO 5)

Gosto da minha moradia. Não tenho que reclamar do meu prédio. Muita coisa tem que ser melhorada, como síndico, não temos, mas isso não é por conta da prefeitura. A benfeitoria foi por minha conta mesmo. Eles poderiam cooperar, muitas pessoas perderam tudo, eles tinham que vir ver o que eles estão precisando. (ENTREVISTADO 7)

Aqui é uma maravilha onde eu moro. Morei muitos anos lá no beco, mas lá era bom, mas aqui é melhor. Não pode nem comparar. Quando a menina da habitação falou que esse apartamento era meu chorei muito. Fiquei e sou muito feliz aqui. (ENTREVISTADO 9)

Minha habitação a acho muito boa, gosto muito. (...) (ENTREVISTADO 12)

Há também aqueles que residem nas unidades habitacionais construídas, mas que, inicialmente, queriam receber a indenização. Mesmo eles apontam que estão satisfeitos com a moradia:

Foi até sem a gente esperar que isso ia acontecer, que ia ser aqui mesmo que a gente ia morar, aproximadamente levou 8 anos para isso acontecer. Fizeram o cadastro, para indenizar, para dar casa para morar. Eu mesmo não tinha intenção de pegar apartamento, tinha intenção de pegar indenização e comprar em outro lugar. Mas no final deu tudo certo, viemos pra cá, minhas filhas vieram também. Gosto de morar aqui, graças à Deus. (ENTREVISTADO 8)

Deste modo, de forma geral, os moradores das unidades habitacionais, construídas para os habitantes que perderam suas moradias na tragédia de 1992, declaram estarem satisfeitos com as suas moradias, por mais que apontem que ainda há algum problema na Vila.

Outro ponto que pode contribuir com a satisfação na moradia seriam os

aspectos subjetivos, que a satisfação, status – do imóvel, do bairro –, sensação de pertencimento, as necessidades habitacionais – e assim a importância de cada função – varia de acordo com idade dos indivíduos, características do arranjo familiar e do trabalho dentre outros, e estas funções estão cerceados pela renda familiar.” (MOTTA, 2016, p. 268).

Embora todas as funções do Estado da habitação tem sua importância, os entrevistados da Vila Barraginha, dentre essas, destacou-se,

também, a função de abrigo, que ainda segundo estudos de Smith (1970), citado por Motta (2016)

se tem que em algumas sociedades a casa funciona realmente como uma proteção contra intempéries (como neve, vento, chuva etc.) da natureza ou inimigos. Em locais onde a violência é grande, portanto, a casa pode funcionar como refúgio, proteção, ou como prisão, o que são sentimentos ambíguos". (SMITH, 1970 apud MOTTA, 2016).

Nesse contexto, Motta (2016), em seus estudos, cita Maia, que:

demonstra que os sentimentos vividos [pelos moradores] em situação de vulnerabilidade frente às ações de criminosos (traficantes e milicianos, principalmente) que ditam as regras da localidade e impõem, 'toque de recolher' e cerceamento do direito de ir e vir. (MAIA, 2013, p.8 apud MOTTA, 2016).

MAIA refere, também, que a casa (abrigo), além de proteger contra intempéries, como situações violentas, ganha outras funções, inferindo que a casa pode vir a abrigar várias gerações da família. Assim,

[...] é comum observar as várias gerações de uma família residindo em um mesmo terreno, demonstrando o caráter utilitário de arranjos como este, pois se evita com isso o custo decorrente da aquisição de um novo lote, ao mesmo tempo em que fica garantida a solidariedade familiar, num contexto desfavorável ou insuficiente quanto às redes de proteção social mantidas por Instituições Públicas ou pelo terceiro setor voltadas ao cuidado de idosos e crianças (MAIA, 2013, p. 3 apud MOTTA, 2016).

Além disso, Motta (2016) infere, por outro lado, que:

tem-se que, muitas vezes a casa também pode abrigar famílias que estejam em conflito. Neste caso, as portas destas atuam como marcos de divisa territorial e a convivência só se faz possível por necessidade, uma vez que as famílias não teriam condição financeira de adquirir (ou alugar) outro imóvel (MOTTA, 2016, p. 56).

E, continua:

Ainda, há aquelas famílias que seus membros, aparentemente, não desejam mudar de residência por não possuírem meios de constituir o próprio arranjo em domicílio independente e, a partir disso, são considerados como "família convivente" com a outra família. Entretanto, quando a eles aparece a oportunidade de

adquirir seu próprio imóvel, o fazem, e, ao mudar de residência, formam uma nova família (MOTTA, 2016, p.56).

Ainda, conforme Motta refere

aos elementos externos à família ou moradia que são efeitos decorrentes da não aceitação da presença de alguém na residência, do impacto dos novos habitantes no tráfego da região, impacto do modo de vida do novo arranjo na vida da comunidade, entre outros. (MOTTA, 2016, p. 62).

Além da violência anunciada, outra característica apontada pelos resultados da pesquisa refere-se própria vulnerabilidade socioeconômica presente na Vila Barraginha, que, como de qualquer outro aglomerado, tem-se como recursos sociais as redes de sociabilidade e solidariedade, inclusive, para assegurar a sobrevivências de muitas famílias de baixa renda ou que vivem apenas com benefícios assistenciais. A partir disso tem-se que, como apontado também por Motta (2016), as redes de sociabilidade e solidariedade formada por familiares e amigos são de grande importância para os moradores, sobretudo o de aglomerados e vilas, de modo que estes optam (ou desejam) por permanecer nas vilas ou morar em bairros ou localidades próximas a de parentes ou amigos ou ainda naquelas que tenham ligação direta com o bairro de parentes e amigos. Para a população de baixa renda morar em vilas ou bairros com acesso (transporte coletivo) direto a localidade de moradia de suas redes é ainda mais importante, devido à dificuldade de se deslocarem no território.

A partir de todas estas observações, percebeu-se que os entrevistados precisam dali, daquela moradia, daquele abrigo. Eles não têm outro lugar ou outra moradia. Enfim, partindo do princípio que eles precisam dali, como uma linha de orientação, têm-se que as redes sociais, que tem na base teórica a questão da vulnerabilidade. Ainda, há também a questão da violência.

Os moradores entrevistados apontam também a questão da convivência num lugar tão apertado (becos estreitos, vielas). Há também a questão da convivência de pessoas que são mais antigas no bairro (inclusive mais velhas também) com pessoas que moram a menos tempo no território. As

primeiras relatam que as mais jovens estão envolvidas com uma vida inadequada, de “malandragem”, de falta de serviço da população mais jovem.

Por outro lado, como não pensam em sair da Vila muitos tem esse comportamento como natural. Para se ter uma ideia: quando se estava fazendo uma entrevista, em uma das moradias em um beco apertado, a polícia estava fazendo ronda e as pessoas saiam para o beco estreito. Desta forma, enquanto a polícia fazia a ronda, as pessoas saiam de casa, ficando no beco, paradas em frente à porta de sua casa, vendo o movimento da polícia. E, para alguns isso se tornou uma situação normal, já faz parte da rotina deles. Outros ficam com pesar das duras formas de intervenção da polícia na Vila. A população pareceu-nos viver com códigos, talvez, em nome da preservação da vida e pelos bons costumes em coletividade, um cuidado em termos próprios.

Piorou. Em termos de segurança, né. A Vila ficou apertada desse pessoal esquisito aí, tá entendendo. A Vila ficou afetada, muita malandragem. (ENTREVISTADO 4)

Arrumar serviços para esses rapazes, moças, que não tem família que não ajuda. Põe esse povo para varrer rua. Se não tem o horário todo, põe em meio horário. (ENTREVISTADO 7)

A vila teve melhorias para ambiente, físico. Mas em relação à convivência com os moradores teve piores. Em relação de uso de drogas, boca de fumo, moradores de ruas. Que hoje fazem daqui à morada deles. Antigamente não tinha esse fluxo que tem hoje, não permissivo, não era visto, como é visto hoje. (ENTREVISTADO 10)

Teve muita destruição (na Vila), também, né. Questões de drogas, assassinatos. Teve coisa, assim, muito forte. Mas hoje em dia houve uma diminuída, também, nessas questões. (...) Falta a educação dos moradores. Eles entenderem que não é porque você mora em favela que tem de ser de qualquer jeito, de qualquer forma, tem que dar valor as coisas que tem, as coisas que a prefeitura faz pra gente. Tem que ter uma valorização, porque e através disso que a gente cresce. (ENTREVISTADO 11)

(...) . Outra observação é que a urbanização veio para melhorar, mas trouxe também problemas de convivência. (...) Quando eu

vim visitar minha unidade habitacional, quando eles me entregaram as chaves, eu fiquei horrorizadas de ver o número de mulheres jovens e moradores de rua usando entorpecentes pelas ruas, ficam próximo as portas dos moradores. Antigamente não acontecia isso. Hoje em dia não tem respeito nenhum. Com a falta de respeito, as mulheres em situação de rua comportam com pouquíssimas roupas, em que crianças, adolescentes e idosos acabam vendo essas pessoas trajando com pouquíssimas roupas pelas ruas, causando mal-estar pela Vila. (ENTREVISTADO 12)

No entorno, tem ruas aqui envolta são consideradas pontos de prostituição, de longa data. Profissionais do sexo, LGBTs. (ENTREVISTADO 12)

Outro aspecto: tráfego de caminhões dentro da Vila, que são proibidos, tem a placa com proibição. Vivemos aqui em pleno desrespeito. (...) A prefeitura, também, retira as caçambas, periodicamente. Mas a população também não colabora. (ENTREVISTADO 12)

Outro ponto que os entrevistados abordaram foi sobre as melhorias da Vila, a partir das obras de urbanização (sobretudo relacionadas a canalização do córrego principal, que mais traz problemas de alagamento, e à urbanização de vias) e da melhoria dos serviços públicos (iluminação de vias, o que gera mais segurança pública). Há novos corredores viários, ruas principais, que dão acesso aos becos e que antes não existiam. Porém, eles apontam que alguns problemas não foram sanados, como o córrego secundário que passa na parte de baixo e que está em céu aberto e a falta de posto de saúde na Vila, de modo que precisam se deslocar para a vila vizinha (ou outros bairros) para terem acesso aos serviços de saúde.

(...) Mudou demais. Antes era tudo com córregos abertos, agora tudo arrumadinho, tudo manilhado, tudo tampado, tá outra coisa, outra coisa mesmo, melhor. A gente estava com o probleminha sobre o posto, mas já foi resolvido, antes era aqui na vila, agora é lá embaixo, e está sendo usado, está sendo muito bom, uma benção. (...) Então, eles prometeram, né, que iam fazer o parque linear, que iam melhorar as ruas, né e cumpriram. Está tudo aí, tudo boninho, pra gente ver, né. (ENTREVISTADO 2)

Para melhor, teve uma canalização do córrego. Tinha um córrego que cortava de fora a fora na Vila, de esgoto aberto. Era uma tristeza, que toda vez que qualquer chuvinha que dava a água voltava e aqui nessa casa entrava água em todos os meus

cômodos, água de barro, puro, de esgoto. Agora eles canalizaram. E, fizeram aquela área de lazer e há pouco tempo eles entregaram para gente. Ótimo, Excelente. (...)

O que falta: Atrás do meu barraco, tem esgoto, ainda, cai em céu aberto. Ainda tem uma caída que vem da rua do Correio, a água que vem da Firma, de concreto, do outro beco, cai esgoto. Cai tudo aqui no beco atrás do meu barraco. E entra um fedor terrível. (ENTREVISTADO 3)

O que melhorou foi a canalização do córrego, que era céu aberto. Menino caía naquela água barrenta, água suja, ia passar na 'pinguelinha' e caía, às vezes, né. (...)

Não falta nada, hoje tem padaria, lojinhas, que ajuda. A única coisa que não gostei foi do posto ter saído daqui. Dava pra eu ir sozinha, era pertinho. Agora, não, não temos posto mais, quem tem é a Vila São Paulo. Temos as pessoas que trabalham lá, daqui mesmo. Eu andava muito, mas agora tenho que ir de Uber, devido à distância e por causa do joelho. (ENTREVISTADO 5)

Canalização do córrego, que a gente precisava muito. A pavimentação da nossa rua. (...) Precisa melhorar a iluminação e um posto de saúde aqui. (ENTREVISTADO 6)

A iluminação não é boa não. Minha conta de energia vem muito alta e de outros moradores vem pouco, e aí, e eu fico me perguntando porquê. (...)

Falta muito. Falta fiscalização do Poder Público. A polícia vem, bastante, olhar a Vila. Mas poderiam vir mais vezes. (ENTREVISTADO 7)

(...) Depois abriram as ruas, abriram os becos e com isso deixou de entrar água dentro da casa da gente. (...)

Melhorou muita coisa. Teve a canalização, o esgoto, até para não entrar água nas casas dos outros. Que possa haver mais mudanças ainda. Como o posto de saúde, que era aqui, mudou daqui. Se pudesse voltar novamente para cá seria muito bom. (ENTREVISTADO 8)

Onde eu morava era um córrego de céu aberto, com placa de muro. Depois eles 'acimentaram' tudo, aumentou o beco em que nós morávamos e ficou melhor assim. (...) Teve melhoras. Atrás do galpão da Ercos, era tudo asfaltado. No beco onde morava era tudo 'acimentado', rede de esgoto descente, tinha tudo no meu beco lá de casa. Era largo, 'cabe' dois carros, e até hoje, né. (ENTREVISTADO 9)

Mais tarde apareceu o posto de saúde. Foi bom. Agora mudou para baixo, na Vila São Paulo. Mesmo assim, não é longe não. A gente vai consultar lá. (ENTREVISTADO 9)

A saúde aqui dentro melhorou. Não tinha posto de saúde destinado à Barraginha. A estrutura da Barraginha melhorou. Os serviços públicos são comparados, igual a outros bairros, são bons. (ENTREVISTADO 10)

Atendeu as expectativas, mas faltou fazer projetos de mais urbanização aqui dentro, mais apartamentos e acabar com os barracos. (...) (ENTREVISTADO 10)

Deixou a desejar (a construção de unidades habitacionais). Cumpriu em parte. Nem todas as pessoas foram atendidas, que foram prejudicadas na época do acidente. Faltou a urbanização em toda a Vila Barraginha, incluindo aqueles moradores em que não foram atingidos pela tragédia. Tendo mais dignidades das suas moradias. Atrás dessas moradias tem córrego, destampados, os becos, as estruturas dos barracos. Poderiam ter tido um olhar dentro da política na hora que construíram os prédios, deveriam ter olhado também as outras moradias, além das moradias atingidas. Refere, também, a falta de horta comunitária e creche. (ENTREVISTADO 10)

Muita coisa melhorou. No mesmo beco em que eu morava, tinha um córrego em céu aberto, foi na época que comecei a trabalhar no posto, também. Então, as crianças brincavam no meio daquela água suja. Eles canalizaram. Os becos tinham buracos foram tampados. A rua tinha uma erosão muito grande lá pra cima, né, perto da pracinha, eles conseguiram tampar. Muita evolução, muita coisa, né. (ENTREVISTADO 11)

(...) em questão de saúde e educação a Barraginha está bem assistida, tem a UMEI e a Creche, essa está aqui dentro da Vila. Que vai ajudar muitas mães para deixar as crianças e poderem ir trabalhar. (ENTREVISTADO 11)

Eu acho que depois do pós habitar teria que ter feito um trabalho de educação com a população, o que não foi feito. Por exemplo, a gente tem uma coleta de lixo que seria funcional se as pessoas condicionassem o lixo corretamente, se não jogassem o lixo para a rua à fora, restos de móveis, essas coisas assim. (ENTREVISTADO 12) (...)

Falta fiscalização relativa às invasões, periodicamente, sem ser por meios de denúncias, para evitar retaliações dos moradores denunciantes. Geralmente são invasões por pessoas que tem dinheiro, não precisam dessas moradias, exploram com alugueis dessas moradias e garagens. (ENTREVISTADO 12)

O pré morar e pós habitar, apontado pelo entrevistado 12, é um dos elementos da política de urbanização de vilas e favelas do PAC. Ele é importante para explicar aos moradores regras de convívio em conjuntos habitacionais (prédios), de modo a minimizar eventuais problemas de convivência em coletividade. A questão da fiscalização (ou falta dela) é um dos problemas muito identificados por moradores e gestores públicos e que acarretam o crescimento e o adensamento não ordenado de vilas, favelas e aglomerados urbano.

Na próxima seção serão vistas as considerações finais do trabalho.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral do trabalho foi analisar as ações da política de habitação e urbanização na comunidade da Vila Barraginha, em Contagem, após tragédia ocorrida em 18 de março de 1992 e os atuais problemas que a Vila hoje possui.

A partir da revisão teórica e do histórico levantado da Vila Barraginha verificou-se que a Vila passou por algumas intervenções em sua infraestrutura urbana, como a construção de 126 unidades habitacionais e a canalização do córrego principal da vila. Diversas destas obras foram realizadas no âmbito do programa PAC (1 e 2). Os moradores estão satisfeitos com as moradias que adquiriram com as obras e as outras obras que foram realizadas, porém, afirmam que ainda existem demandas de obras de infraestrutura por parte da população.

Tendo em vista o resultado das entrevistas verificou-se presença de pessoas idosas vivendo em arranjos familiares, bem como uma nova geração de pessoas que se apresentam, em diversas idades, no contexto familiar da Vila Barraginha, adequando-se como podem, em arranjos domiciliares cada vez mais inadequados.

Outra possibilidade de verificação foi a importância das redes sociais desses moradores, inclusive, a religiosidade que contribuem para lidar com as dificuldades cotidianas, sobretudo, a sobrevivência das pessoas de baixa renda.

A partir desse estudo foi possível verificar que mesmo com as precárias condições de moradias e com problemas de convivência social, os moradores entrevistados demonstraram satisfação de morar na região da Vila Barraginha. Dentre os motivos, destacaram os acessos às inúmeras linhas de ônibus coletivos, com facilidades para deslocamentos para Belo Horizonte, outras localidades de Contagem e Betim/MG, diversidade de comércios, além de acessos aos bens e serviços públicos em seu entorno.

Dentre os moradores de unidades habitacionais, as quais foram entregues em 2015, na própria Vila Barraginha, de parte da população atingida pela tragédia de 1992, muitos desses, entrevistados, apresentaram uma relação bastante afetiva com a sua nova moradia. Com percepção de qualidade de vida

que não tinham antes. Seja por restrição financeira para adquirir novas moradias, seja pela própria carreira habitacional em que se limitaram em viver em áreas de risco, com moradias em condições precárias e inapropriadas.

A comunidade da Vila Barraginha tinha como área de lazer informal o local conhecido pela população como buracão, devido tragédia da Barraginha em 1992, com um campo de futebol de terra improvisado pelos próprios moradores, em especial, pelos jovens e crianças que não tinham outra alternativa de lazer na região. Passados quase 30 anos, o local foi reestruturado, adequado e entregue a comunidade, em novembro de 2021, chamado de Parque Urbano Linear, que conta com duas quadras, pista de caminhada e uma academia da cidade com acessibilidade, playground e arborização. Desde então, os moradores tem usufruído desse espaço com suas famílias e com possibilidades de socialização.

Apesar das melhorias na Vila Barraginha, mesmo que tardia, segundo alguns moradores entrevistados, o Poder Público precisaria estar mais presente, seja na continuidade das obras de urbanização, como canalização do córrego secundário, ainda com esgoto a céu aberto, seja para melhorar a iluminação, principalmente nos becos, como fator de segurança à população.

Outro ponto destacado, para além das obras de continuidade pós tragédia de 1992, foi a recuperação das demais moradias informais não atingidas pelas catástrofes históricas da região da Vila Barraginha, com vistas à integração a cidade, seja não somente nos aspectos urbanístico-ambiental, mas também nos aspectos jurídicos e no desenvolvimento sócio-organizativo. Quanto à política de habitação para a população de baixo poder aquisitivo as perspectivas são tímidas e há uma necessidade de conscientização e participação da sociedade, além da mudança de postura do Estado, para a efetividade de suas ações no tocante à socialização do espaço urbano e habitacional, em detrimento da propriedade privada.

Futuros trabalhos podem verificar outras alterações que ocorreram na vila, se as demandas foram atendidas ou como está a organização dela.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei Federal no. 10.257**, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Estatuto da Cidade. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm). Acesso em: 26 set. 2021.

BRASIL. **Lei Federal nº 11.124**, de 16 de junho de 2005. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/lei/l11124.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11124.htm). Acesso em: 21 nov. 2021

CALDAS, M. **POLÍTICA URBANA, AÇÃO GOVERNAMENTAL E A UTOPIA DA REFORMA URBANA NO BRASIL**. Belo Horizonte: Tese de Doutorado do curso de Arquitetura. Universidade Federal de Minas Gerais. 2015

DENALDI, R. **Políticas de Urbanização de Favelas: evolução e impasses**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

**DOC – Diário Oficial de Contagem. Ano 16 Edição 2375**. Contagem/MG. 3 de dezembro de 2007. Convênio garante recursos do PAC para Barraginha. Mais de 500 famílias serão reassentadas na própria vila. <http://www.contagem.mg.gov.br/arquivos/doc/2375web.pdf>

**DOC – Diário Oficial de Contagem. Ano 17 Edição 2398**. Contagem/MG. 22 de abril de 2008. Começam as obras do PAC Arrudas no município de Contagem. <http://www.contagem.mg.gov.br/arquivos/doc/2398web.pdf>

DUARTE, Rosália. **Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo**. Departamento de Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Caderno de Pesquisa, no. 115, p.39-54, março/2002.

MARTINS, Magda Antunes **Mulheres negras domésticas e periféricas [manuscrito]**: um estudo sobre as condições de vida de pessoas do sexo feminino em processo de alfabetização e letramento na Vila Barraginha, Contagem., 1969- - Belo Horizonte, 2020. 101 f. : enc, il. Dissertação -- (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação. Orientador: Heli Sabino de Oliveira. Bibliografia: f. 98-101.

MOREIRA, M. E. **A fragilização de vínculos sociais dos moradores da Vila Barraginha: desafios na luta por melhores condições de vida**. Projeto – Acervo 166222. PUC Departamento de Serviço Social. 2004.

MINISTERIO DAS CIDADES. **Manual do PAC**. 2007

VIANA, R. M. **A Remoção dos Desastres e os Desastres da Remoção: risco, vulnerabilidade e deslocamento forçado em Belo Horizonte**. Tese (Doutorado em Demografia do Programa de Pós-Graduação em Demografia da Faculdade de Ciências Econômicas). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

Adauto Lucio Cardoso. Rosana Denaldi **Urbanização de favelas no Brasil: um balanço preliminar do PAC** . ed. – Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018. 352 p.: il: 23 cm. 1. Programa de Aceleração do Crescimento.

CONTAGEM. **Governo pela Vida** – Regional Industrial é palco de obras importantes e tem forte atividade cultural. Notícias da Prefeitura de Contagem. Balanço dos 100 dias - 13/04/2021. <http://www.contagem.mg.gov.br/novoportal/governo-pela-vida-regional-industrial-e-palco-de-obras-importantes-e-tem-forte-atividade-cultural/>

**Investimento. Serão gastos R\$ 44 milhões nas unidades habitacionais**. Jornal “O Tempo”. Publicado em 23/12/2009.

Prefeitura Municipal de Contagem. **Relatório Técnico. Vila Barraginha**. Levantamento de Áreas de Risco. 2007.

MARTINS, Ana Carolina Amaral. Morar na Favela: estudo das representações sociais da moradia nas favelas Nova Esperança e Vila Pereira da Silva / Ana Carolina Amaral Martins. Rio de Janeiro: UFRJ/FAU/PROARQ, 2007.

MORADO NASCIMENTO, Denise; TOSTES, Simone Parrela. **Programa Minha Casa Minha vida: a (mesma) política habitacional no Brasil**. Publicidade oficial do Programa “Minha Casa Minha Vida”. Revista Arquitextos no 133.03 ano 12, jun. 2011. [vitruvius](http://vitruvius.com.br). Acesso em 26/06/22: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.133/3936>

Motta, Carolina Portugal Gonçalves da **FAMÍLIA E NECESSIDADES HABITACIONAIS NAS METRÓPOLES BRASILEIRAS DE 1980 A 2010: Percepção de idosos moradores de Belo Horizonte** / Carolina Portugal Gonçalves da Motta. -- Rio de Janeiro, 2016. 408 f.

SANTOS, Cynthia de Souza. **A política habitacional para a população de baixa renda, em Belo Horizonte, a partir de 1990**. São Paulo, 2006. Tese Doutorado – Área de Concentração: Habitat – FAUUSP.

## APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA

**Ref.: Entrevistados que não foram atingidos pela tragédia, mas moravam na Vila na ocasião.**

01) Sexo (só anotar, sem perguntar)

02) Data de nascimento

03) Você (família) mora em:

- a. Moradia na Vila Barraginha (fora do conjunto habitacional do projeto)
- b. Em unidade habitacional da Vila Barraginha

04) Há quanto tempo você (família) mora na Vila? Porque vieram morar na Vila Barraginha?

05) Nesse período que você (família) mora na Vila Barraginha percebeu evolução ao longo do tempo? Para melhor ou para pior? Em que aspectos?

06) As obras de urbanização que estão sendo realizadas na Vila Barraginha atenderam suas expectativas? Em que sentido? Falta alguma coisa?

07) Sobre o acesso aos serviços públicos (saúde, educação, transporte, vias públicas, saneamento básico, iluminação, etc.) você os considera bons ou ruins? O que precisa melhorar?

Porque?

## APENDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA

**Ref.: Entrevistados que moravam na Vila e foram afetados pela tragédia de 1992.**

01) Sexo (apenas anotar, não precisa perguntar)

02) Data de nascimento

03) Você (família) mora em:

- a. Moradia na Vila Barraginha (não construída no projeto)
- b. Em unidade habitacional da Vila Barraginha

A residência de vocês é própria (sua ou de sua família?), alugada ou cedida (por familiar ou conhecido)?

04) Há quanto tempo você (família) mora na Vila?

05) Você (família) optou em vir morar na Vila Barraginha ou sempre teve sua moradia aqui? Como foi a vinda de vocês? Qual foi o motivo? Porque escolheram a vila?

06) Nesse período que você (família) mora na Vila Barraginha percebeu alguma evolução ao longo do tempo? Para melhor ou para pior? Em que aspectos?

07) As obras de urbanização da Vila Barraginha atenderam suas expectativas? O que mudou do projeto original, na sua percepção? Falta alguma coisa?

08) Sobre o acesso aos serviços públicos (saúde, educação, transporte, vias públicas, saneamento básico, iluminação, etc.) você os considera bons ou ruins? O que precisa melhorar? Porque?

9) E quanto à política de habitação, depois da tragédia de 1992, o Poder Público cumpriu o que prometeu? Em que medida foi cumprido ou não?